

CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

EDITAL DE LICITAÇÃO 049/2021 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0100/2021 PPREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO REALIZADO POR MEIO DA INTERNET

TIPO: MAIOR PREÇO (LANCE ou OFERTA)

PROCESSO Nº: 0100/2021.

OBJETO: Contratação de instituição financeira Autorizada pelo Banco Central do Brasil Para Centralizar e Processar os Créditos da folha de pagamento de todos os servidores da Administração Direta e Indireta, sem ônus para o contratante pelo prazo de 60 meses.

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ: 09:00 horas do 05/11/2021.

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ: 09:00 horas do 05/11/2021.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 09:00 horas do dia 09/11/2021.

ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA: às 09:00 horas do dia 09/11/2021.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:01 horas do dia 09/11/2021.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0100/2021 PPREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021

A Prefeitura Municipal de Buritizeiro-MG, sediada na Praça Cel. José Geraldo, 01, Centro, Buritizeiro - MG, CNPJ 18.279.067/0001-72, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria nº 067/2021, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MAIOR PREÇO, para o objeto especificado no Anexo I deste Edital.

O presente certame será regido pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal 046/2020, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído ao prefeito e propor a homologação.

O Edital estará disponível gratuitamente na página www.buritizeiro.mg.gov.br/edital e no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de instituição financeira Autorizada pelo Banco Central do Brasil Para Centralizar e Processar os Créditos da folha de pagamento de todos os servidores da Administração Direta e Indireta, sem ônus para o contratante pelo prazo de 60 meses.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. O Valor estimado para inicio dos lances e da ordem de R\$1.130.623,19 (um milhão cento e trinta mil seiscentos e vinte e três reais e dezenove centavos).



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:

- Até 05 (cinco) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer 3.1. pessoa poderá impugnar este Edital sendo este prazo reduzido para 02 (dois) dias uteis nos casos de licitantes.
- 3.2. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico <u>www.portaldecompraspublicas.com.br.</u>
- Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
- Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.
- Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.
- As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame. 3.6.
- A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, 3.7. implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.
- As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.
- 3.10. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO: 4.

- Poderão participar da licitação as empresas interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação.
- A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos 4.2. proponentes às condições deste Edital.



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

- **4.2.1.** A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.
- **4.3.** Não poderão participar desta licitação, direta ou indiretamente, ou participar do contrato dela decorrente, sob pena de recebimento das sanções previstas neste Edital:
 - 4.3.1. Pessoas físicas não empresárias;
 - **4.3.2.** O Prefeito, o Vice-Prefeito, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consangüíneo, até o terceiro grau inclusive, ou por adoção não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até seis meses após findas as respectivas funçõesO autor do Termo de Referência, Anexo I deste edital, pessoa física ou jurídica (conf. art. 96 da Lei Orgânica Municipal).

4.3.3. As sociedades empresárias:

- 4.3.3.1. que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- **4.3.3.2.** que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- **4.3.3.3.** que integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP (Portal Transparência);
- **4.3.3.4.** que estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;
- 4.3.3.5. integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- **4.3.3.6.** que, isoladamente ou em consórcio, tenham sido responsáveis pela elaboração do termo de referência, ou da qual o autor do termo de referência seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- 4.3.3.7. cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do município de Buritizeiro, em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de contrato de serviço terceirizado ou contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens, ou ainda de convênios e os instrumentos equivalentes;
- 4.3.3.8. estrangeiras que não funcionem no país;
- 4.3.3.9. reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição;
- **4.4.** O descumprimento de qualquer condição de participação será motivo para a inabilitação do licitante.
- **4.5.** As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(s).



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

4.6. Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (condenações cíveis por atos de improbidade administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

5. DO CREDENCIAMENTO:

- **5.1.** Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.
- **5.2.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.
 - **5.2.1.** Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br.
- **5.3.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
 - **5.3.1.** O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Buritizeiro responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- **5.4.** O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- **5.5.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- **5.6.** O Pregão será conduzido pelo Pregoeiro Oficial com apoio técnico e operacional do Portal de Compras Públicas, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

6. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA:

6.1. Neste certame não se aplica o direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174/2010.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO:

7.1. A contratada não poderá ceder o contrato, total ou parcialmente, a terceiros, em nenhuma hipótese. Não poderá, ainda, subcontratar, total ou parcialmente, atividades que constituam objeto



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

do contrato, sem a concordância do Município, manifestado após o reconhecimento da ocorrência de motivo justificado e formalizado por Termo Aditivo, através do qual se mantenha a integral responsabilidade da mesma pela execução satisfatória dos serviços correspondentes.

DO ENVIO DA PROPOSTA: 8.

- Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e 8.1. até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
 - 8.1.1. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.
- 8.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, 8.3. no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda 8.3.1. corrente nacional;
 - 8.3.2. Descrição detalhada do serviço cotado indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.
- Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.
- O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **Declarações** *on line*, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:
 - Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;
 - 8.7.1.1. A indicação do campo "não" apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

- Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação, e somente após requisição do Pregoeiro.
- Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas no item Erro! Fonte de referência não encontrada. deste Edital.

DA ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES:

- A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando do Pregoeiro, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
 - 9.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 9.3.2. A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o seu julgamento definitivo conforme definido no item 12 deste edital.
- O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da 9.7. sessão e as regras estabelecidas no Edital.
 - 9.7.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas).



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

- 9.7.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 9.8. O licitante somente poderá oferecer lance superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.11. Se o(a) Pregoeiro(a) entender que o lance ofertado é absolutamente inexequível ou verificar que houve erro de digitação, deverá excluí-lo do sistema, a fim de não prejudicar a competitividade.
- 9.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.13. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, http://www.portaldecompraspublicas.com.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.
- 9.14. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

10. DO EMPATE:

- 10.1. Consideram-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, situação em que, como critério de desempate, será assegurado o direito de preferência de que trata os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, mediante a adoção dos seguintes procedimentos:
 - 10.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, cuja proposta estiver no intervalo estabelecido no item 10.1, será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço superior àquela classificada com o maior preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

- **10.1.2.** Apresentada proposta nas condições acima referidas, esta será considerada como a licitante detentora do lance mais vantajoso, dando prosseguimento ao certame na forma do item **11** e seguintes;
- **10.1.3.** Não apresentada proposta na condição cima referida, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte, no intervalo estabelecido acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- **10.1.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs / EPPs que se encontre em situação de empate, será efetuado sorteio aleatório entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.1.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- **10.1.6.** Na hipótese de não declaração de licitante vencedora, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será dado prosseguimento ao certame na forma do item **11** e seguintes da licitante que originalmente apresentou a maior proposta ou lance.
- 10.1.7. O disposto nos subitens 10.1.1 a 10.1.6, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- **10.1.8.** A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço ofertado pela licitante, para efeito de classificação de aceitabilidade da proposta.
- **10.2.** Se o pregoeiro observar que há licitantes em situação de empate que enviaram seus lances em horários exatamente iguais, mas não se enquadram como MEs /EPPs, adotará os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
 - 10.2.1. Utilização de bens e serviços produzidos no Brasil;
 - 10.2.2. Utilização de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
 - **10.2.3.** Utilização de bens e serviços produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento tecnológico no País;
 - 10.2.4. Utilização de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;
 - 10.2.5. Avaliação de desempenho contratual anterior dos licitantes;
 - 10.2.6. Sorteio.
- 10.3. A proposta declarada vencedora será inserida, na fase de Aceitação, no campo "Valor Negociado", com a devida justificativa.



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

11. DA NEGOCIAÇÃO DIRETA:

- 11.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta.
- 11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA: 12.

- 12.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 12.2. O Pregoeiro convocará o licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado num prazo máximo de 02 (duas) horas, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação.
 - 12.2.1. O prazo poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.

12.2.2. A proposta deve conter:

- a) Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);
- b) O preço unitário e total para cada serviço cotado, especificados no Termo de Referência (Anexo I deste Edital), bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
- c) A descriçãodo serviço cotado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;
- d) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;
- 12.3. O não envio da proposta ajustada por meio do correio eletrônico com todos os requisitos elencados no subitem 12.2.2, ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.
- 12.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto/serviço ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

- 12.5. Serão desclassificadas as propostas que contenham preços irrisórios, assim entendidos quando apresentarem valores globais ou unitários abaixo do valor definido para o respectivo objeto no Termo de Referência.
 - 12.5.1. A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando o Pregoeiro, após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ao preço máximo fixado.
- 12.6. O Pregoeiro em conjunto com a Equipe de Apoio poderá realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, salvo a juntada de documentos, para atender a exigência deste edital, findo o prazo estabelecido no item 12.2.
- 12.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.
 - 12.7.1. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, serão observados os procedimentos previstos nos itens 10 e 11.
- 12.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 12.9. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina estabelecida no **item10** deste edital, se for o caso.
- 12.10. A proposta original, com todos os requisitos do item 12.2.2, deverá ser encaminhada em envelope fechado e identificado com dados da empresa e do pregão eletrônico, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da declaração dos vencedores no sistema, ao protocolo do Prefeitura Municipal de Buritizeiro-MG, na Praça Cel. José Geraldo, 01, Centro, Buritizeiro – MG, CEP: 39.280-000, aos cuidados do Pregoeiro do Pregão Eletrônico nº 012/2021, da Prefeitura Municipal de Buritizeiro-MG.

13. DA HABILITAÇÃO:

- 13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 13.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

- 13.1.2. 11.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Justiça Administrativa. mantido pelo Conselho Nacional de (www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php);
- 13.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União TCU;
- 13.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força dos artigos 3° e 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 13.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

13.1.6. COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- I Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis junto a Junta Comercial da respectiva sede, para o caso de empresário individual;
- II Para licitante microempreendedor individual MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- III Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, para os casos de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:
- IV Caso o licitante seja sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- V Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede do licitante, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, para o caso de sociedade simples;
- VI Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

13.1.7. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- I Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ;
- II Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver relativo ao domicilio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante:



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

- IV Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- V Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- VI Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.
- 13.1.7.1. Para a regularidade fiscal e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.
- 13.1.7.2. Caso o licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente que demonstre tal isenção.

13.1.8. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I – Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

13.1.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I – Comprovação de Autorização de Funcionamento pelo Banco Central.

13.1.10. ATENDIMENTO AO ART. 7°, INC. XXXIII DA CONSTITUIÇÃO

13.1.10.1. Declaração de que a empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (modelo Anexo III ao Edital).

13.2. DA HABILITAÇÃO DAS MES / EPPs

- 13.2.1. As empresas qualificadas como ME / EPP, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, econômico-financeira e técnica, sob pena de inabilitação.
- **13.2.2.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- **13.2.2.1.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

- 13.2.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.
- **13.2.3.1.**O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 13.2.4. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Município de Buritizeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame.
- 13.2.5. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado:
- (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal; e
- (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

13.3. ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO

- **13.3.1.** Os documentos exigidos para a habilitação, conforme regulado neste Edital, deverão ser enviados em até 02 (duas) horas, exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema.
- 13.3.2. Os documentos de habilitação serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas ou por servidor/funcionário do Município, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, juntamente com a proposta de preços em envelope fechado e identificado com dados da empresa e do pregão eletrônico, na forma do **item 12.10** deste Edital.
- 13.3.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos **em nome e CNPJ** da matriz ou todos **em nome e CNPJ** da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.
- 13.3.4. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) diasantes da data da sessão pública deste Pregão, exceto a Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial que deverá estar datada dos últimos 30 (trinta) dias.
- 13.3.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos enviados via correio eletrônico, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- **13.3.6.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

Edital ou deixar de enviar a documentação de habilitação por meio de campo próprio do Sistema quando solicitado pelo pregoeiro, ficando sujeito às penalidades previstas neste Edital.

- 13.3.7. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 13.3.8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 13.3.9. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.
- 13.3.10. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

14. **DOS RECURSOS:**

- 14.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 00:30 (trinta minutos) minutos.
 - 14.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
 - 14.1.2. Diante da manifestação da intenção de recurso o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
 - 14.1.3. Os interessados que porventura queiram ter vista do processo licitatório poderão comparecer ao Setor de Licitações da Prefeitura de Buritizeiro-MG, sediada Praça Cel. José Geraldo, 01, Centro, Buritizeiro - MG, 39.280-000, de segunda à sexta-feira, das 12:00 às 18:00 h.
- 14.2. Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.
 - 14.2.1. As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema. Não serão recebidas ou conhecidas razões de recurso e contrarrazões entregues diretamente ao Pregoeiro ou enviadas por quaisquer outros meios (fax, correspondência, etc).



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

- 14.3. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado ao Prefeito para a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 14.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital (item 14.1.3).
- 14.6. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: 15.

- 15.1. O objeto deste pregão será adjudicado ao vencedor por ato do Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá, após a regular decisão dos recursos interpostos, ao prefeito.
- 15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE: 16.

- 16.1. Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o termo de contrato ou retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente.
- 16.2. O contrato a ser assinado estabelecerá as cláusulas, critérios e condições definidas no art. 55 da Lei nº 8.666/1993 e observará os termos contidos na minuta Anexo VII deste Edital ou as disposições constantes de instrumento equivalente.
 - 16.2.1. O prazo máximo para assinatura e entrega do termo de contrato é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento do instrumento.
 - 16.2.2. O prazo para assinatura do termo de contrato acima estabelecido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município.
 - 16.2.3. Alternativamente à convocação para a assinatura do termo de contrato, o do Município poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
 - 16.2.4. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste edital.



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

- 16.3. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 16.4. O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, podendo serem prorrogados por mais 06 meses em caso excepcional.
- 16.5. Os seguintes requisitos foram estabelecidos no Termo de contrato, Anexo VII deste Edital, ou instrumento equivalente, e serão de observância obrigatória dos contratados:
- I as hipóteses, prazo e condições de prestação das garantias;
- II critérios para o recebimento do objeto;
- III prazos e condições de pagamento;
- IV atualização financeira ou reajustamentos, quando possível;
- V hipóteses de compensações financeiras ou penalizações, por eventuais atrasos e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos.
- 16.6. O presente Edital fará parte integrante do contrato, bem como seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.
- 16.7. Será designado um Fiscal para o contrato, que desempenhará as atribuições pertinentes.
- 16.8. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto deste Pregão.
- 16.9. O objeto da licitação deverá ser entregue, nos prazos, local e condições previstas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital e observará as regras para recebimento definidas no Contrato, anexo VII, ou instrumento equivalente.

DA FISCALIZAÇÃO: 17.

17.1. Sujeitar-se-á a Contratada à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da autoridade encarregada de acompanhar a execução do objeto desta licitação, observadas as regras definidas na minuta contratual, Anexo VII deste Edital, ou no instrumento equivalente.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: 18.

18.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida neste edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Buritizeiro pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e seus anexos e das demais cominações legais.



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

- 18.2. A Administração poderá, ainda, utilizar-se da sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei nº 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente.
- 18.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade.
- 18.5. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções definidas na minuta do contrato, anexo VII deste edital ou dispostas em instrumento equivalente.
- 18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993.
- 18.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Município, observado o princípio da proporcionalidade.

19. DA DOTAÇÃO ORÇMENTÁRIA:

A dotação orçamentária para as despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrá à conta do Município sobre a rubrica 413600111010000 cessão de direito de operacionalização de pagamento.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: 20.

- 20.1. O Município de Buritizeiro poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.
 - 20.1.1. A anulação do pregão induz à do contrato.
 - 20.1.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 20.2. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 20.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do Município de Buritizeiro-MG).



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

- **20.4.** O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.
- **20.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- **20.6.** A critério do pregoeiro, o prazo para o envio da proposta de preços e da documentação de habilitação poderá ser prorrogado pelo tempo que se julgar necessário.
- **20.7.** A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório, desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea, assegurada a ampla defesa.
- **20.8.** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
 - **20.8.1.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 20.9. O foro da cidade de Pirapora-MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação e da aplicação do presente Edital.
- **20.10.** Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo (a) Pregoeiro (a), no endereço eletrônico mencionado neste Edital, **item 3.5**, ou através do fone (38) 3742-1011.
- **20.11.** Este pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município, sem prejuízo do disposto no inciso V do art. 4°, da Lei nº 10.520/2002.
- **20.12.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e também na página www.buritizeiro.mg.gov.br/edital.
- **20.13.** O inteiro teor do processo está disponível para vista aos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura de Buritizeiro, situada na Pça Cel. Geraldo, 01, Centro, CEP: 39.280-000.

21. ANEXOS:

- 21.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 21.1.1. ANEXO I Termo de Referência;
 - 21.1.2. ANEXO II Modelo de Proposta de Preços;
 - 21.1.3. ANEXO III Modelo de Declaração de que não Emprega Menor;
 - 21.1.4. ANEXO IV Modelo de Declaração de Enquadramento como ME/EPP;



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

- 21.1.5. ANEXO V Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade;
- 21.1.6. ANEXO VII Minuta de Contrato.

Buritizeiro, 15 de outubro de 2021.

Higor Emanuel Waldolato Pregoeiro



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2021 PPREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2021

1. OBJETO

- 1.1 Contratação de Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para centralizar e processar os créditos da folha de pagamento de todos os servidores da Administração Pública Municipal direta e indireta, sem ônus para a contratante, pelo prazo de sessenta meses.
- 1.2 Os pagamentos referem-se às folhas salariais líquidas, já descontados imposto de renda, obrigações patronais, outras transferências a terceiros, etc..
- 1.3 A Instituição Financeira Contratada deve assegurar, a todos os servidores da Administração Pública Municipal, ativos, o direito de transferir os valores depositados em conta salário para outra conta de instituição bancária diferente e da qual os mesmos sejam titulares, sem custos, nos termos da Resolução nº 3.402/2006 do Banco Central.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação se justifica na necessidade de operacionalizar o pagamento dos créditos provenientes da Folha de pagamento dos servidores da PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIZEIRO, IPSEMB e SAAE por meio de Instituição bancária.

Outro fator importante a ser considerado é que, a contratação de instituição bancária para prestação de serviços de gerenciamento e processamento da Folha de Pagamento garantirá maior segurança no manuseio de recursos financeiros, pois toda a transação ocorre através de meios eletrônicos, não havendo contato físico com o recurso.

Além disso, esta contratação fará com que os servidores recebam seus vencimentos ou proventos de forma mais ágil, podem receber o salário em qualquer horário, sem ter que enfrentar filas e de forma mais segura.

3. MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS:

3.1 A contratação em questão será realizada mediante pregão na forma eletrônica, pois, conforme Lei n. 10.520/2002, para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão. Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. O objeto do presente termo de referência enquadra no conceito proposto de bens e serviços comuns proposto acima pelo art. 1°, parágrafo único, da Lei do Pregão. Quanto à forma eletrônica do pregão, dá-se por atendimento ao disposto no Decreto nº 10.024/19.

3.2 Estas, pois, são as razões e os fundamentos que justificam a adoção do pregão, sob pena de contrariedade ao princípio da supremacia do interesse público.

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Maior valor ofertado a partir de R\$ 1.130.623,18 (um milhão, cento e trinta mil, seiscentos e vinte três reais e dezoito centavos), a serem pagos no ato da assinatura do Contrato;

5. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

- 5.1 O valor da contratação está estimado em R\$ 1.130.623,18 18 (um milhão, cento e trinta mil, seiscentos e vinte três reais e dezoito centavos) a ser creditado na conta bancária indicada pelo Município de Buritizeiro/MG no ato da assinatura do contrato, sem qualquer desconto.
- 5.1.1 Não haverá qualquer tipo de remuneração direta à Instituição Financeira vencedora, oriunda dos cofres públicos municipais, pelos serviços objeto do Contrato à ser efetivado ou pela prestação de serviços correlatos.

6 - VIGÊNCIA DO CONTRATO E INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados de sua assinatura.

7. INFORMAÇÕES SOBRE AS FOLHAS DE PAGAMENTO

As informações apresentadas a seguir são relativas ao mês de Setembro de 2021, e podem sofrer variações quando da efetiva implementação dos serviços, em decorrência de eventuais nomeações ou exonerações.

MUNICÍPIO DE BURITIZEIRO – PMB:

7.1 - Composição do Quadro de Pessoal da Administração Pública do Município de Buritizeiro, Estado de Minas Gerais, no mês de referência:

PREFEITURA:				Pirâmide	salarial			
Faixa	salarial	Efetivos	Comissionados	Contratados	Agentes	Aposentados	Pensionistas	Total



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

em R\$/Mês				políticos			
Menos de 1.000						30	30
1.000 a 2.000	185	12	282		06		485
2.000 a 3.000	172	37	104				313
3.000 a 4.000	179	08	10		01		198
4.000 a 5.000	18						18
5.000 a 6.000	08	01	06	10			25
6.000 a 7.000	08						08
7.000 a 8.000	02						02
8.000 a 9.000	01						01
9.000 a 10.000							
> Que 10.000			10	02			12
						Total Geral	1.092

INSTITUTO DE	Pirâmide salarial						
Faixa salarial em R\$/Mês	Efetivos	Comissionados	Contratados	Agentes políticos	Aposentados	Pensionistas	Total
Menos de 1.000						07	07
1.000 a 2.000					115	40	156
2.000 a 3.000					44	05	49
3.000 a 4.000		01			40	01	42
4.000 a 5.000					07		07
5.000 a 6.000					01	01	02
6.000 a 7.000		03			01		04
7.000 a 8.000					02		02



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

8.000 a 9.000	01	01		02
9.000 a 10.000		01		01
> Que 10.000				
			Total Geral	272

SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto:							
Situação	Quantidade	Total em R\$					
Servidores ativos	41	129.607,45					

TOTAL GERAL PREFEITURA/IPSEMB/SAAE						
TOTAL	SERVIDORES	Total em R\$				
	1405	R\$2785.741,15				

7.1.1 TOTAL DA FOLHA DE PAGAMENTO REFERENTE AO MÊS DE SET/2021:

- 7.1 Periodicidade do pagamento: Os créditos relativos às folhas de pagamento são mensais, podendo, entretanto, ocorrerem outros, em quaisquer períodos, conforme conveniência administrativa da Administração Pública Municipal.
- 7.2. O valor bruto da folha de pagamento no mês de Setembro de 2021 foi de: R\$ 2.785.741,15 (dois milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e quarenta e um reais e quinze centavos), sendo o valor total líquido de R\$ 2.236.593,48 (dois milhões, duzentos e trinta e seis mil, quinhentos e noventa e três reais e quarenta e oito centavos).
- 7.3 Os servidores da Prefeitura Municipal de Buritizeiro recebem o salário até o 5° (quinto) dia útil de cada mês.

8. DESCRIÇÃO DO OBJETO

8.1 - Em caráter de exclusividade:



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

8.1.1 Centralização e processamento de créditos da folha de pagamento gerada pela Prefeitura

Municipal de Buritizeiro - MG, a serem creditados em conta de titularidade de seus membros e

servidores ativos, no banco contratado.

8.1.2 A instituição financeira contratada deve assegurar, sem ônus para a contratante, seus membros

e servidores, a faculdade de transferência, com disponibilidade no mesmo dia, dos créditos para conta

de depósitos de titularidade dos beneficiários, por eles livremente abertas em outras instituições

financeiras, em conformidade com artigo 2º da Resolução 3.402/2006 do Banco Central.

8.2 Sem caráter de exclusividade:

8.2.1 Concessão de crédito aos membros e servidores da Prefeitura Municipal de Buritizeiro,

mediante consignação em folha de pagamento.

9 - DA IMPLANTAÇÃO DA AGÊNCIA OU POSTO BANCÁRIO NO MUNICÍPIO

9.1 - Caso a futura contratada não possua agência ou Posto Bancário no Município, deverá no prazo

de 90 (noventa) dias implantar uma agência ou Posto de Atendimento compostos, no mínimo, de

caixas para atendimento presencial e eletrônico, com movimentações de saque, depósito, transferência

e pagamento.

9.2 - A CONTRATADA deverá manter funcionários suficientes para atender a demanda dos

servidores deste Município, os quais não terão qualquer vínculo empregatício com o Município de

Buritizeiro.

10 - RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - Promover a abertura de contas, dos servidores da Contratante, na modalidade conta salário,

efetuando a coleta de dados, documentos e assinaturas necessários, no local e horário de trabalho

(dentro do horário de atendimento bancário).

10.2 - Ter sistema informatizado compatível com o contratante, de forma a possibilitar que todas as

operações sejam por meio eletrônico e on-line, sendo que no caso de incompatibilidade todas as

despesas necessárias para tal adaptação correrão por conta da contratada;

10.3 - Efetuar os créditos dos pagamentos nas contas dos servidores, sem qualquer custo, em

conformidade com as informações repassadas pela Prefeitura Municipal de Buritizeiro.

D 0 1 1 10 11 04 0 1 D 11 1 MO T 1 (0 00) 0740 4044 F (0 00) 0740 4000



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

10.4 - Respeitar o limite da margem consignável dos salários de concessão de empréstimos aos

servidores, solicitando para tal as informações necessárias ao Setor de RH da Prefeitura Municipal de

Buritizeiro.

10.5 - Responsabilizarem-se por eventuais danos que vier a causar à Prefeitura Municipal de

Buritizeiro ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

10.6 - Apresentar previamente à Prefeitura Municipal de Buritizeiro uma tabela com a franquia

mínima de serviços com isenção de tarifas, a partir da resolução BACEN nº. 3.919/10 e demais

serviços e produtos com suas respectivas tarifas.

10.6.1 - A licitante deverá atualizar constantemente seus serviços e produtos no sentido de alcançar

para os servidores municipais o melhor benefício dentre os serviços e produtos oferecidos pelos

bancos.

10.7 Creditar na conta bancária a ser indicada pelo Município, o valor ofertado nas condições previstas

no edital.

10.8 Informar aos beneficiários os procedimentos necessários para a formalização da abertura das

Conta-salário e recebimento do cartão magnético.

10.9 Efetuar mensalmente os créditos nas contas dos servidores com base na folha de pagamento

repassada pelo Município, no prazo de 01 (um) dia útil, contado do recebimento do crédito.

10.10 Comunicar ao Município, até o 1º (primeiro) dia subsequente ao pagamento, os créditos

eventualmente devolvidos por inconsistências nas informações bancárias, para fins de regularização,

através de relatório detalhado onde conste nome do servidor/valor/nº da conta/agência.

10.11 Isentar o Município de todas e quaisquer tarifas bancárias ou qualquer outro tipo de

remuneração pelos serviços prestados objeto do contrato. Devendo aceitar o pagamento parcial da

folha de pagamento da prefeitura conforme disponibilidade financeira municipal.

10.12 A Contratada deverá isentar os beneficiários da folha de pagamento de, no mínimo:

a) Tarifa de manutenção;

b) 1ª via do cartão magnético;

c) 04 (quatro) extratos ou saldos impressos;

d) Consultas ilimitadas de saldo em conta;



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

e) Realização de, no mínimo, 04 (quatro) saques, por evento de crédito.

9.12.1 Quaisquer outros serviços não previstos neste subitem, não poderão ser tarifados em valor

superior aos praticados para os demais correntistas da Instituição Financeira.

10.13 Aceitar solicitações dos beneficiários de mudança de agência ou PAB do próprio Banco nos

quais serão creditados seus pagamentos.

10.14 Responsabilizar-se pela obtenção de eventuais informações cadastrais dos beneficiários, não

previstas neste Termo de Referência.

10.15 Oferecer aos beneficiários do contrato as mesmas condições de serviços ofertadas aos demais

clientes, ressalvadas as condições de isenção de taxas previstas neste Termo de Referência.

10.16 Responsabilizar-se pela guarda e sigilo dos arquivos repassados pelo Município para o

atendimento do objeto deste contrato.

10.17 Corrigir quaisquer irregularidades e/ou omissões na execução dos serviços, quando de sua

responsabilidade, arcando com todos os ônus decorrentes.

10.18. Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados diretamente ao Município ou a

terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na inexecução ou execução inadequada dos serviços objeto

do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento

pelo Município.

10.19 Comunicar ao Município, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, quaisquer intenções

de mudança na forma de atendimento bancário, apresentando proposta alternativa de atendimento a ser

avaliada e aprovada pelo Município.

10.24 Transferir, sem custo e no mesmo dia, o salário do servidor que apresentar opção de

portabilidade, para a instituição bancária e contas informadas previamente, conforme Resoluções

BACEN 3.402/2006 e 3.424/2006.

11. DOS SERVICOS

11.1. Em caráter de exclusividade:

11.1.a) prestação de serviços de pagamento da folha salarial dos servidores deste Município;

11.1.b) A instituição financeira contratada deve assegurar, sem ônus para a contratante, seus

servidores, a faculdade de transferência, com disponibilidade no mesmo dia, dos créditos para conta de



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

depósitos de titularidade dos beneficiários, por eles livremente abertas em outras instituições financeiras, em conformidade com artigo 2º da Resolução 3.402/2006 do Banco Central.

11.2) Sem caráter de exclusividade:

- 11.2.a) Concessão de crédito aos servidores da Prefeitura Municipal de Buritizeiro/MG, mediante consignação em folha de pagamento.
- 11.3. Responder por todos os impostos, taxas, seguros, e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os respectivos serviços a serem prestados.
- 11.4 Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.5 Reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pela Prefeitura Municipal de Buritizeiro, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatados pela fiscalização dos serviços.
- 11.6 A Prefeitura Municipal de Buritizeiro, não assume, inclusive para efeitos da Lei 8.078/1990 Código de Proteção e Defesa do Consumidor, qualquer responsabilidade pela atividade exercida pela Contratada.
- 11.7 A Prefeitura Municipal de Buritizeiro não assume qualquer responsabilidade pelos compromissos assumidos por seus servidores.
- 11.8 É vedada a subcontratação de outra instituição financeira, mesmo que seja sua controlada ou controladora, para a execução total ou parcial dos serviços, objeto desta licitação.
- 11.9 Na agência bancária ou no Posto Bancário localizado no município de Buritizeiro, a contratada deverá manter no mínimo 02 (dois) caixas de atendimento funcionando diariamente e nos dias de pagamento interno, aumentar o número de caixas de forma a atender a demanda, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, demissão e outros análogos, além de manter 02 (dois) terminais de atendimento eletrônico. RETIFICADO
- 11.10- Assumir todas as despesas e providências necessárias à legalização e ao funcionamento da atividade deste ajuste (licenças, alvarás, autorizações, etc), no caso de abertura de agência ou Posto bancário na cidade, devendo entregar cópia dos documentos à Administração da Prefeitura Municipal de Buritizeiro.
- 11.11 Efetuar o pagamento de impostos e eventuais multas aplicadas por autoridade federal, estadual ou municipal, relacionados com a atividade explorada.



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

11.12 Durante toda a vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá estar em situação regular junto ao INSS, ao FGTS e à Fazenda Nacional, mediante o recolhimento das contribuições e impostos

respectivos, bem como manter o funcionamento da agência ou Posto bancário, no município.

11.13 Identificar os funcionários em serviço com uso permanente de crachá da instituição;

11.14 Não haverá qualquer solidariedade entre a Prefeitura Municipal de Buritizeiro e a Contratada

quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus empregados, cabendo a

ele assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia;

11.15 Manter vigilância armada durante o horário de funcionamento do expediente bancário, sem

custos ao Município.

11.16 Até que se regularizem todos os procedimentos relativos à abertura das contas-salário, a

instituição financeira deverá providenciar o repasse dos créditos, SEM ÔNUS, para as contas já

existentes em outras instituições, cujos dados necessários serão devidamente informados pelo

Município, através de arquivo eletrônico.

12- DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. Informar, no ato da contratação, o número de sua conta bancária na qual será feito o depósito

relativo ao valor ofertado na licitação.

12.2. Repassar ao Banco os dados da folha mensal de pagamento, por meio de arquivo eletrônico, no

prazo de 02 (dois) dias úteis imediatamente anteriores à data prevista para liberação do pagamento.

12.3. Repassar ao Banco, no dia útil imediatamente anterior à data de liberação do pagamento, o valor

total descrito na folha mencionada no item anterior para que se proceda ao depósito nas contas dos

beneficiários.

12.4. Formalizar os pedidos de estorno/reversão de créditos indevidos aos beneficiários, no prazo

máximo de 01 (um) dia útil anterior ao depósito nas contas dos beneficiários.

12.5. Regularizar, no prazo de 10 (dez) dias, as inconsistências porventura indicadas pelo Banco.

12.6 Manter atualizadas junto ao banco as informações constantes dos dados cadastrais constantes

deste Termo de Referência, relativas ao pagamento da folha salarial.



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

12.7. Analisar e autorizar, se for o caso, a necessidade de eventuais utilizações e adaptações a serem efetuadas em espaços físicos do Município pela Instituição Financeira vencedora da licitação.

12.8. Analisar e autorizar a instituição vencedora, se for o caso, a necessidade de eventuais utilizações

e adaptações a serem efetuadas em seus espaços físicos.

13 - PRAZO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS/ATIVIDADES

13.1. A CONTRATRADA deverá iniciar os serviços no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da

data da assinatura do contrato.

13.2. A contratada deverá instalar e iniciar as operações de uma agência ou posto de atendimento em

até 90 (noventa) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato.

14 - RESCISÃO

14.1 O TERMO DE CONTRATO está sujeito á rescisão nos termos dos artigos 77, 78 e 79 da Lei

8.666/93 e alterações.

15 - APLICAÇÃO DE MULTA E DEFINIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

14.1 O atraso no pagamento do valor ofertado, nas condições estabelecidas no Edital acarretará multa

diária de 0,3% (três décimos por cento).

15.2 ATRASO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO E/OU INSTALAÇÃO DE AGÊNCIA OU

POSTO BANCÁRIO NA CIDADE:

15.2.1 Ultrapassados os prazos para o início dos serviços e de inícios das atividades relacionadas à

instalação da agência ou posto bancário na cidade acarretará em multa estipuladas neste edital.

Buritizeiro/MG, 08 de outubro de 2021.

Rodrigo Silveira Fernandes

Secretário Municipal de Finanças

CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0100/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021

Setor de Licitação e Contratos – Prefeitura Municipal de Buritizeiro/MG Prezados Senhores,

Manifestando interesse em participar do processo licitatório instaurado por essa Prefeitura, vimos perante o Sr. Pregoeiro, tempestivamente, apresentar a nossa proposta como participante do Pregão Eletrônico nº 012/2021.

Nesta oportunidade, para todos os fins e legais efeitos, declaramos que conhecemos os termos do Edital, bem assim o contido na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Razão social:
CNPJ: Inscrição Estadual:
Endereço: Telefone: E-mail:
Valor do Lance inicial em Reais R\$()Valor total por extenso:
().
Validade da proposta: 60 Dias (a contar da data da abertura do Pregão).
Data/Local:,
CNPJ/MF:
Assinatura e carimbo da empresa

7.3 OFF

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIZEIRO

CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

ANEXO III

MODELO - EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0100/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)
, inscrito no CNPJ n° , por intermédio de seu representante legal o(a) $Sr(a)$, portador(a) da Carteira de Identidade n° , portador(a) da Carteira de Identidade no e do CPF n° , DECLARA, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos e mão-deobra infantil.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
,dede 20
(representante)
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Tig Blanner Rolled

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIZEIRO

CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

ANEXO IV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0100/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO <u>PORTE</u>

A empresa, inscrita no CNPJ nº, po
ntermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a), portador(a) da Carteira
le Identidade n° DECLARA, para fins legais, <u>sol</u>
as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a sua qualificação como microempresa o
empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de
Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especia
quanto ao seu art. 3°; que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49
la referida Lei Complementar e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da
citada Lei Complementar.
,dede 20
Representante Legal

7.3 QUARTIZETRO (MA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIZEIRO

CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

ANEXO V

M O D E L O DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0100/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021

A empresa	,
inscrita no CNPJ sob o nº	, sediada no endereço
, telefone/fax no	, por intermédio do
seu representante legal	Sr(a)
, po	ortador (a) da Carteira de Identidade
n° e do CPF n°, D	DECLARA que a empresa atende a
todos os requisitos de habilitação para participação em proc	cedimentos licitatórios, bem como
RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu	nome, assumindo como firmes e
verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos pra	aticados diretamente ou por seu
representante.	
	de de 20 .
Representante Legal	<u></u>

CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

Minuta de Contrato de Prestação de Serviços Nº /2021

O	Município	de	Buritizeiro,	pessoa	jurídica,	de	direito	público,	inscrito	no	CNPJ	n.º
18.	279.067/000	014-7	72, com sede	adminis	trativa no	ende	ereço su	pradescrit	o, neste a	to re	present	tado
pel	o Prefeito N	A unio	cipal Pedro H	lenrique	Soares Br	aga,	doravan	te designa	do CONT	'RA'	ΓΑΝΤΕ	i, de
um	lado, e a en	npres	sa , ins	scrita no	CNPJ s	ob 1	1.°		,	com	n sede	em
			, Est	ado, na l	Rua				n.°	,	neste	ato
rep	resentada po	or qu	em de direito	, a segui	r denomin	ada	CONTR	ATADA,	de outro,	ajust	am enti	re si
o p	resente Con	trato	de Fornecim	ento con	isoante a l	egisl	ação em	vigor, esp	pecialmen	te a l	Lei Fed	leral
n.º	10.520/2002	2 e R	desolução 3.4	24, de 21	de dezen	ibro	de 2.006	, do Cons	elho Mon	etári	o Nacio	nal,
e n	nediante as c	cláusi	ulas e condiçõ	ões segui	ntes:							

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1. Constitui objeto deste Contrato a Contratação de instituição financeira Autorizada pelo Banco Central do Brasil Para Centralizar e Processar os Créditos da folha de pagamento de todos os servidores da Administração Direta e Indireta, sem ônus para o contratante pelo prazo de 60 meses, conforme segue:
- a) pagamento da folha dos servidores municipais ativos da Administração Direta e Indireta (SAAE e IPSEMB) Municipal, em número aproximado de 1405 (mil quatrocentos e cinco) servidores, em regime de exclusividade.
- 2. A contratada terá exclusividade na prestação dos serviços referidos na alínea "a do subitem anterior, pelo período de 60 (sessenta) meses.
- 3. Os serviços objeto desta Licitação somente poderão ser subcontratados mediante expressa anuência do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

- 1. A contratada deverá atualizar constantemente seus serviços e produtos no sentido de alcançar para os servidores municipais o melhor e o maior benefício dentre os serviços e produtos oferecidos pelos bancos.
- 2. Os servidores municipais terão assegurados, no mínimo, os produtos/serviços, nos termos do art. 6º da Resolução 3424, que são isentos de tarifas/taxas ou encargos de qualquer natureza, compreendendo, os seguintes:
- I) transferência, total ou parcial, dos créditos para outras instituições;
- II) saques, totais ou parciais, dos créditos;



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

- III) fornecimento de cartão magnético e de talonário de cheques para movimentação dos créditos.
- 3. Será concedido à contratada, sem caráter de exclusividade, o direito de disponibilizar aos servidores municipais empréstimos em consignação na folha de pagamento, em conformidade com a legislação própria.
- 4. Os créditos a serem lançados nas contas dos servidores municipais, nos termos deste Edital, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salário, férias e demais créditos originários da relação entre o servidor e a Administração.
- 5. O Município enviará a relação nominal dos servidores com antecedência de 02 (dois) dias úteis da data do crédito, no caso de pagamento mensal.
- 6. A contratada não cobrará tarifas bancárias sobre as contas mantidas em nome da Prefeitura e a movimentação das mesmas durante a vigência do Contrato em relação ao objeto da presente licitação. O pagamento dos servidores municipais não implicará em qualquer custo para o Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

1. O valor do presente Contrato é de R\$(.....) que deverá ser recolhido aos cofres do CONTRATANTE, no ato da assinatura do contrato, sem qualquer desconto, em conta indicada pela Secretaria Municipal da Finanças.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

1. O presente Contrato vigerá pelo prazo de 60 (sessenta) meses, período durante o qual também vigerá a permissão de uso, acessória à prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA

- 1. Constituir-se-ão obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas neste Contrato e em seus Anexos e deles decorrentes:
- a) Executar o objeto contratado com elevada qualidade e no prazo estipulado:
- b) Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto desta Licitação, de acordo com as especificações determinadas neste Edital e em seus Anexos:
- c) Cumprir as legislações federais, estaduais e municipais pertinente, e se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar:
- d) Pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais, bem como todos os encargos trabalhistas previdenciários, sociais e comerciais, prêmios de seguro e de acidente de trabalho, que forem devidos em decorrência do objeto desta licitação:
- e) Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

CLÁUSULA SEXTA- DAS RESPONSABILIDADES

1. A CONTRATADA será responsável pelas indenizações decorrentes de danos ao Município ou a terceiros decorrentes de sua ação ou omissão, culposa ou dolosa. A CONTRATADA também será responsável pela eficiência e eficácia, bem como, pela segurança de seus procedimentos e da segurança dos postos de atendimento eletrônico ou caixas eletrônicos, ainda que localizados em espaços públicos reservados, não cabendo ao Município a responsabilidade por ações danosas praticadas por terceiros aos equipamentos, valores ou materiais sob responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

1. A fiscalização dos serviços e da permissão de uso acessória ao objeto desta Licitação ficará a cargo da Secretaria Municipal da Fazenda, que poderá adotar as providências contratual e legalmente previstas visando à perfeita execução do objeto contratado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, poderão ser aplicadas à CONTRATADA garantida prévia defesa, além da rescisão do contrato, as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.
- 2. Sem prejuízo das perdas, danos e das multas cabíveis pela lei civil, as penalidades são as previstas nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e em especial as seguintes sanções:
- a) multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor total repassado ao Município, previsto no contrato, atualizado, cuja execução exceder os prazos contratados:
- b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, contratual ou legal:
- c) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato em caso de inexecução total.
- 3. O somatório mensal das multas não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, sob pena de rescisão do mesmo.
- 4. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.
- 5. As multas deverão ser pagas à Administração pela Contratada.
- 6. A inexecução total do Contrato acarretará suspensão de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

1. Considerar-se-á extinto o Contrato nas seguintes hipóteses, sempre garantido à



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

CONTRATADA o amplo direito de defesa:

Término do prazo de vigência contratual.

Rescisão unilateral, por inexecução contratual, nos termos do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 ou por inadimplemento das obrigações financeiras por parte da CONTRATADA, nos termos que dispõe o Edital este Contrato.

Rescisão amigável ou judicial, nos termos dos incisos II e III do artigo 79 da Lei 8.666/93. Anulação da Licitação e do Contrato, a qualquer título.

O Contrato poderá ainda, ser rescindido de pleno direito, sem necessidade de aviso ou interpelação judicial, assegurada a ampla defesa, nos casos de:

Transferência ou subcontratação de seu objeto, no todo ou em parte, sem consentimento por escrito do Município:

Manifesta impossibilidade de cumprimento das obrigações oriundas do Edital e neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

1. Fica eleito, nesta oportunidade, o Foro da Comarca de Pirapora, a fim de dirimir as questões surgidas na execução contratual e que puderem ser solucionadas administrativamente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

1. Em face do estabelecido neste Contrato não decorrerá qualquer vínculo empregatício entre o Município e o pessoal disponibilizado pela CONTRATADA para atender os serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO E DA REGÊNCIA

- O presente Contrato vincula-se ao Pregão Eletronico nº 012/2021 (Edital e seus Anexos, que ficam fazendo parte deste Contrato).
- O presente Contrato rege-se pelas normas constantes deste Contrato, das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, Decreto Estadual 1024/2019 e Decreto Municipal 046/2020 e suas alterações posteriores, bem como demais normas aplicáveis.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o Contrato em 4 (quatro) vias e de igual teor e forma.

Buritizeiro,	 de	.de	2021

Prefeito Municipal **CONTRATANTE**



CEP: 39.280-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 18.279.067/0001-72

CONTRATADA

Testemunhas: